

CONSIDERAÇÕES SOBRE LINGÜÍSTICA E IDEOLOGIA

Maria José R. Faria Coracini
Depto. Francês — PUC SP.

O tema deste artigo pode nos levar a reflexões de dois tipos:

a) focalizar a Lingüística enquanto ciência, como portadora de ideologia uma vez que, voluntária ou involuntariamente, ela faz parte da dimensão cultural de uma sociedade, historicamente delimitada, e reflete, a seu modo, a realidade sócio-econômica na qual se insere. Promovida por seres humanos sociais, nenhuma ciência, nenhum fenômeno cultural consegue se desvincular de sua natureza ideológico-social. Para compreendermos tal afirmação, bastaria lembrar a tendência da Lingüística atual à criação de modelos testáveis e formalizáveis, segundo critérios lógicos que correspondam à visão simplificadora e redutora que envolve o conceito atual da ciência, em detrimento da realidade dos fenômenos lingüísticos, indissociáveis, por natureza, do seu aspecto social e comunicativo.

b) verificar em que medida os estudos lingüísticos mais atuais inserem em seus modelos o componente ideológico, apesar de ter a Lingüística “persistentemente ignorado o fato de que todo e qualquer signo é, por natureza, ideológico-histórico-social, pois que tem seu modo próprio de dizer a realidade, refletindo-a e refratando-a de uma certa maneira e numa certa medida” (1).

Embora considerando o primeiro item bastante relevante sobretudo para a compreensão da Lingüística enquanto ciência, sentimo-nos mais à vontade para tratar do item *b* por estar ele mais próximo de nossas pesquisas e da prática da Lingüística aplicada ao ensino de línguas que vimos desempenhando. Além disso, seria necessário, para levar a bom termo as reflexões do primeiro tipo, um estudo diacrônico das diferentes tendências da Lingüística, ao lado de estudo igualmente diacrônico das visões político-sociais e científicas de cada época, uma vez que nenhuma posição se assume, nem mesmo dentro da ciência, que não tenha implicações de ordem social-ideológica-filosófica. Tal estudo, parece, ainda não foi realizado, e não teríamos possibilidade de realizá-lo de forma rápida e eficiente.

Este artigo se propõe, pois, num primeiro momento, a abordar, ainda que de forma rápida e sucinta, as principais tendências lingüísticas do nosso século,

a partir de Saussure, a fim de verificar em que medida o componente ideológico tem sido incorporado nos vários modelos. Num segundo momento, será apresentada uma análise comparativa de três artigos, oriundos de jornais diferentes, em torno de uma invariante temática, a fim de nos posicionarmos a favor da análise do discurso, com base nos princípios de uma teoria da enunciação, única capaz de conferir ao sujeito da produção e do reconhecimento (leitura) a responsabilidade da re-(a)presentação do referente, através de operações conceituais e lingüísticas que neles se processam de modo diverso (variação discursiva e lingüística sobre um mesmo tema) segundo as intenções, ideologias e visões do referente por parte dos diferentes sujeitos (enunciadores do discurso).

I — Retomando a definição tradicional segundo a qual a Lingüística seria a ciência que estuda a língua, procuraremos relacionar cada corrente lingüística à concepção particular de língua que lhe serve de base, concepção esta que, por si só, já veicula uma certa ideologia.

Antes de mais nada, convém ressaltar que assumimos neste trabalho mais ou menos como o faz E. VERON (1978), a concepção segundo a qual ideologia não é um repertório de conteúdos — opiniões, atitudes, ou representações — que se faz notar na dimensão textual, mas um componente responsável *a priori* pela produção social do sentido, sem o qual não se realiza nenhum ato comunicativo. Voltaremos mais tarde a tais considerações.

Passemos à retrospectiva histórico-teórica das correntes lingüísticas.

Desde SAUSSURE a Lingüística tem se concentrado nos conceitos abstrato-formais da língua (código social, partilhado por todos os membros de uma comunidade lingüística, sistema de signos em relações de contraste e oposição), a fim de descrever e analisar com maior precisão as manifestações concretas da fala, esquecendo-se de que estas são mais complexas do que o fazem crer as análises estritamente lingüísticas.

Para os estruturalistas, seguidores de Saussure, a língua constituía um código, um objeto que podia e devia ser estudado, desestruturado, dissecado em suas partes constituintes, enfim uma “estrutura” a ser analisada “fora” do homem, e o que é mais importante, fora do sentido que eventualmente venha a produzir dentro de um ato comunicativo, histórica e socialmente marcado. Nessa mesma linha de elaboração teórica que supõe a rejeição do significado e da realidade extralingüística se encontram os distribucionalistas americanos em estreita relação com a teoria behaviorista ou comportamental, de grande influência para a visão mecanicista da linguagem, os trabalhos sobre fonologia do Círculo de Praga, a sintaxe funcionalista de Martinet (que deriva da concepção saussureana da língua como estudo das formas) (2).

Mais recentemente, surgiu Chomsky com sua gramática gerativa e transformacional. Para ele, a língua é um conjunto infinito de frases (visão totalmente sintática) e a gramática, um conjunto finito de regras capazes de gerar unicamente as frases gramaticais de uma dada língua. Embora ainda ao nível da frase, a análise de Chomsky assume já um caráter mais humano, menos artificial, na medida em que escapa propositalmente ao esquema estruturalista da comunicação, regido pela simetria estímulo-reposta, para assumir uma concepção mais criativa da aquisição da linguagem e da própria comunicação: a intuição

do falante e a sua criatividade explicam o seu desempenho e a sua competência em discernir as frases agramaticais das gramaticais. Assim define Chomsky a criatividade: “a gramática de uma língua deve ‘projetar’ o *corpus* finito e sempre mais ou menos acidental dos enunciados observados no conjunto (presumidamente finito) das frases gramaticais/ . . ./ uma gramática reflete o comportamento do locutor, que, a partir de uma experiência finita e acidental da língua, pode produzir e compreender um número infinito de frases novas” (3).

Entretanto, a ênfase dada pelos estruturalistas aos critérios formais, distribucionais e ao aspecto puramente informativo da comunicação; a não inserção no modelo da gramática gerativa e transformacional do componente semântico, a não ser sob a forma de traços distintivos dos itens lexicais, guardando ainda a estrutura binária da fonologia estrutural de Trubetzkoy (Ex. ± macho; ± humano) trouxeram limitações, para não dizer verdadeiras barreiras, aos estudos de língua, sobretudo todas as vezes em que se queria abordar a significação, para a qual parece indispensável captar a língua em seu funcionamento. Visando à objetividade científica, a Linguística pretende obter resultados formais e puramente lingüísticos, isto é, sem interferência de dados pragmáticos, sociais, psicológicos, que, afinal de contas, viriam tornar inacessível e incontrolável o seu objeto de estudo.

Atualmente, deparamo-nos com um certo número de tentativas que visam a integrar a semântica ao campo de estudo da Linguística, embora ainda ao nível da frase. Referimo-nos aqui em especial a B. POTTIER. Outras teorias têm sido construídas no sentido de ampliar o objeto de estudo da Linguística que passa a abranger não mais o signo, nem a frase, mas o enunciado e, a partir deste, o discurso. Caberia aqui uma observação: a distinção que se faz entre frase e enunciado é semelhante à que se faz entre texto e discurso, uma vez que os primeiros são muitas vezes considerados como unidades constitutivas dos segundos. O discurso (e portanto o enunciado) está intrinsecamente vinculado à situação de enunciação (as relações entre enunciador e enunciatário, os conhecimentos prévios que cada um traz consigo, o momento e o local da enunciação), às condições de produção e de reconhecimento, enfim, às condições pragmáticas de sua realização. O texto seria o resultado concreto, a matéria gráfica, que constitui uma unidade em si; o texto e a frase são na maioria das vezes analisados no seu aspecto formal, coesivo, desligado das condições pragmáticas da enunciação.

As tendências da Linguística atual que assumem o enunciado, unidade significativa, como objeto de estudo, parecem substituir as dualidades saussureanas por outra problemática teórica, articulando o campo da Linguística a outros domínios como a história, a prática social e ideológica (cf. Pécheux 1971). Essa nova proposta rejeita essencialmente a idéia da língua enquanto código neutro (exterior ao indivíduo), concepção que se opõe à liberdade individual do locutor e à perspectiva da linguagem como atividade subjetiva. É exatamente na preocupação de considerar a linguagem como atividade de produção e de reintegrar o sujeito no centro da teoria lingüística, que se caracterizam os estudos recentes no campo da Linguística da enunciação.

Na Europa, a lingüística da enunciação teve suas origens na teoria de E. BENVENISTE, segundo a qual a enunciação seria “la mise en fonctionnement de la langue par un acte individuel d’utilisation” (1970, p. 12). Benveniste postula dois níveis de enunciação na linguagem: o nível do discurso e o nível da história. Tais níveis correspondem, na verdade, aos modelos de integração do sujeito da enunciação no enunciado: no caso da história o sujeito da enunciação estaria ausente e nenhuma relação haveria entre os enunciados e a situação de enunciação; ter-se-ia assim a apresentação de fatos ocorridos num dado momento sem a intervenção do enunciador (4) — é o caso da narração. O discurso seria para Benveniste “todo texto que comporta shifters” (5), isto é, elementos lingüísticos que expressam as relações dos enunciados com a situação de enunciação; naquele o enunciador se distancia, neste ele se acha implicado, comprometido por uma situação de comunicação real. Supondo um enunciador e um enunciatário, o discurso supõe ainda uma intenção, por parte do primeiro, de influenciar, de algum modo o segundo. Cada língua teria seus próprios elementos (pessoas e tempos verbais, modalidades. . .) aptos a realizar um ou outro plano. Embora investigações posteriores tenham mostrado a inexistência de um discurso que se classifique apenas num ou noutro nível, tal visão abriu os horizontes dos estudos lingüísticos apontando para a necessidade de se considerar toda e qualquer comunicação como uma atitude assumida pelo falante/autor numa dada situação.

Embora partindo do mesmo pressuposto teórico, qual seja o de reintroduzir o sujeito no centro da teoria lingüística, a enunciação tem sido focalizada por ângulos bem diferentes, ora enfatizando a atividade enquanto instância responsável pelo ato de enunciação, ora focalizando com maior vigor a relação enunciador-enunciatário, as intenções daquele em influir sobre as opiniões e atitudes deste. Temos assim, de um lado, a teoria dos performativos de AUSTIN, focalizando aqueles enunciados que, em determinadas condições realizam uma ação no momento mesmo da sua enunciação (tipo: prometer, batizar. . .) e a teoria de CULIOLI, cujo modelo lingüístico permite articular a linguagem e o componente extralingüístico, a lingüística e outras disciplinas que têm por objeto a relação dos sujeitos com o real (psicologia, teoria das ideologias), uma vez que ele considera a linguagem como um sistema aberto (cf. CULIOLI, 1973, 87).

No segundo grupo, incluir-se-iam lingüistas como Jakobson e a sua teoria das funções da linguagem, Searle e a teoria dos atos de fala e O. Ducrot, com seus recentes estudos sobre a argumentação. Os dois últimos, sobretudo, situam-se numa perspectiva pragmática, segundo a qual há sempre uma intenção subjacente a todo ato enunciativo. Para Ducrot, a função básica da linguagem é o ato de argumentar, isto é, de influenciar, através dos enunciados, a atitude e/ou a opinião do outro, convencendo-o, persuadindo-o, aconselhando-o, mesmo que tal ato não se revele explicitamente no discurso. Assim Ducrot considera que todo discurso comporta ao menos dois enunciados — E_1 e E_2 : o primeiro autoriza, justifica, impõe o outro; o segundo é a sua conclusão (6); este, na maioria das vezes se acha implícito. “Significar, para um enunciado, é orientar” (Anscombre/Ducrot, 1983).

Agente dos processos de produção e de reconhecimento — pois ler (= reconhecer) consiste também em produzir sentido — o sujeito assume integralmente os próprios atos comunicativos, imprimindo neles a sua própria natureza — personalidade, idéias, influências e imposições socio-político-culturais. É, pois, nele, sujeito, e através dele que se manifesta o componente ideológico integrado, ainda que de forma implícita à situação de enunciação que determina toda expressão intersubjetiva. Cabe aqui, porém, uma ressalva: embora constituindo a origem do próprio discurso, o sujeito vê tolhida a sua liberdade, seja pelo momento histórico-social em que vive, seja por instâncias que lhe impõem modelos e regras a serem rigidamente seguidos. É nesta realidade dialética, mais ou menos consciente, que se inserem as diversas tendências da Lingüística da enunciação.

É com base nos princípios básicos da teoria da enunciação, apenas esboçados aqui, que se tem desenvolvido a análise do discurso. “Essa reorientação da lingüística implica que o lingüista se ponha a escutar as práticas discursivas. Não se trata de trabalhar sobre um *corpus* considerado como uma amostra da língua, como um exemplo de atualização do código, mas sim de tentar detectar como a língua é efetivamente utilizada” (7). Ora “escutar as práticas discursivas” implica em situá-las na realidade extralingüística que as gerou, nas condições sociais de produção e reconhecimento onde se acha incrustado o componente ideológico de que vimos falando. “Escutar as práticas discursivas” implica, em última análise, como o faz ver J. Simonin (1984, p. 65), em colocar na base da teoria lingüística o não isomorfismo das formas e valores, pois não há uma única forma de se estruturar o pensamento. Tal heterogeneidade manifestada no texto não é de forma alguma neutra: seria uma ilusão imaginar que exista um modelo de construção textual que seja “neutro” ou não marcado. Nenhum *corpus* é representativo da língua enquanto sistema homogêneo, mas é representativo de uma determinada visão — histórica, social e ideológica — que os *enunciadores* (locutor/ouvinte, autor/leitor) deixam veicular, através da organização discursiva e de certos índices lingüísticos (cf. IIa. Parte). Assim, as instâncias reais da enunciação (extralingüística) se acham representadas, ao mesmo tempo que camufladas, pelo discurso.

É nessa visão dialética que se apóia o princípio da heterogeneidade como constitutivo do próprio discurso: uma realidade extralingüística que dá origem a uma realidade lingüística; esta, de certa forma, re-(a)presentando aquela: um *enunciador* extralingüístico e em que se processam operações a nível cognitivo (conceitualizações a partir de experiências, leituras, contactos sociais, tendências pessoais. . .), origem do enunciador discursivo (E), presente ao nível lingüístico; um *enunciatório* (que CULIOLI denomina *enunciador*²) também extralingüístico (ϵ), em quem também se processam operações cognitivas de outra ordem (as mesmas do enunciador ativadas pelas idéias geradas pelo discurso e pela intencionalidade que nele se supõe), operações essas que podem ser definidas como reconstrutoras das operações de produção, através dos traços deixados nos enunciados. A esse enunciatório real corresponde também um enunciatório discursivo que, idealizado pelo enunciador funciona, ao nível do texto, como co-produtor, modificando, orientando o discurso, pois é a ele que este (o

discurso) se dirige, e em função dele que ele se realiza. Ainda fazendo parte dessa realidade extralingüística, poderíamos citar o *momento (M)* e o *lugar (L)* em que se dá efetivamente o discurso, componentes que também podem influir na forma e no conteúdo dos enunciados produzidos e que podem ou não aparecer explicitados no texto. Este, por sua vez, frequentemente se refere a um outro lugar e momento. As *condições de produção*, de *circulação* e *consumo* (sobretudo para o discurso escrito) participam de forma ativa na construção do discurso, impondo-lhe regras e restrições.

É, pois, de encontro entre uma teoria do sujeito e a produção social do sentido que se podem construir os dispositivos necessários para a análise efetiva do discurso. É bem verdade que o conhecimento ainda parcial das operações que se realizam a nível da enunciação e que não podem se restringir ao estritamente lingüístico, traz problemas e limitações. Queremos, porém, crer que as pesquisas, do modo como vêm sendo orientadas para a interdisciplinaridade, conduzirão a Lingüística à compreensão real dos fatos lingüísticos. Por enquanto, precisamos nos resignar em formular hipóteses e em procurar reconstruir tais operações a partir das marcas deixadas no texto pelas operações discursivas. Procedendo, pois, como um leitor na sua atividade de construção do sentido, passamos à análise comparativa que constitui a segunda parte deste trabalho.

II — Baseamo-nos para a análise do nosso *corpus* nos trabalhos de E. VERON (1978 a, b), C. FUCHS (1983) e J. SIMONIN (1980, 1984). Os três autores se revelam vinculados à teoria da enunciação de Culioli e realizam análises ao nível do discurso como um todo, considerando os fatores extralingüísticos como altamente relevantes. Comparando diferentes formas de expressar o mesmo referente, postulam os autores o princípio da heterogeneidade de que falamos acima. Tomamos, então, como base para a nossa análise uma notícia versando sobre assalto e assassinato publicada em 1º de agosto de 1985, por três jornais: O Estado de São Paulo (ESP), a Folha da Tarde (FT) e Notícias Populares (NP). Variações sobre o mesmo tema, para não dizer estritas paráfrases, tais textos são, ao mesmo tempo, intrinsecamente semelhantes e distintos; e é através dessas semelhanças e diferenças que se revelam os mecanismos em jogo na produção do discurso, diversificada a partir de um mesmo acontecimento extralingüístico. Os textos em questão se acham reproduzidos em anexo.

Não pretendemos realizar uma análise exaustiva dos textos, mas apenas apontar para os elementos que nos parecem, ainda que hipoteticamente, reveladores da atividade de produção onde se acha inserido e atuante o componente ideológico responsável pela produção do sentido. Uma vez que a Lingüística não nos fornece modelos acabados de análise discursiva, servimo-nos de alguns conceitos da Pragmática, da teoria da enunciação de Culioli, da análise do discurso e em parte de nossa intuição.

Nossa análise abrange 1) os dados fatuais: seleção dos elementos do conteúdo; 2) organização dos elementos do conteúdo (organização retórica); operações enunciativas; 4) os dados iconográficos (títulos, fotos. . .). Acreditamos com esses níveis atingir o objetivo a que nos propusemos, qual seja o de mostrar que apenas ao nível de uma análise do discurso é possível dar conta dos vários componentes em ação nas atividades produtoras do sentido.

cobrador caiu; um dos assaltantes se abaixou e recebeu um chute do PM aposentado; este foi imediatamente baleado.

É interessante notar desde já que tais elementos informativos, inexistentes em ESP, denotam por parte dos jornais (observe-se que os jornalistas não assinam os artigos) a intenção de conduzir o leitor à seguinte conclusão: a polícia de São Paulo procedeu heroicamente e tudo fez para capturar os bandidos (cf. descrição do aparato policial, citação dos nomes dos investigadores. . .). Tal intenção corresponde certamente ou à idéia que os jornais fazem da ideologia defendida pelo público que eles querem então manter ou enfatizar com o objetivo de agradar e portanto, vender, ou ao desejo de inculcar no povo uma imagem ideal, fictícia das autoridades. Seja como for, uma ideologia subjacente se faz presente.

Dessa análise depreendem-se também outras divergências entre os jornais a nível de informação:

NP e FT	ESP
<p>Cr\$ 300 mil (do cobrador) . . . Caiu o saquinho com o dinheiro o PM deu um chute; os assaltantes atiraram. O PM foi atingido por 6 tiros. . . . Nesse instante, a viatura do Garra já estava casualmente atrás do ônibus. O motorista fez sinal com as mãos. O Garra cercou o ônibus.</p>	<p>Cr\$ 224 mil (do cobrador e dos 20 passageiros). . . . O motorista viu uma viatura do Garra que procurava os ladrões que tinham acabado de assaltar a Companhia Porto Seguro. Ademir (o motorista) fez sinal à viatura que passou a seguir o ônibus. . . . Os dois ladrões perceberam que o ônibus estava sendo perseguido e ficaram "muito nervosos". O cabo (PM) levantou-se e tentou desarmar os assaltantes. O policial foi baleado e morreu. Em seu corpo encontraram 9 balas: 6 de pistola automática e 3 de revólver Rossi, calibre 22, usado por M.A.S.</p>

Essas diferenças acrescidas às informações sobre a perícia dos policiais comum aos jornais de tipo popular são suficientes para mostrar como o texto é o produto de uma atividade de construção que se processa no (E) a partir dos dados reais de um acontecimento (fato real), em função, sem dúvida alguma, de certas intenções: chamar a atenção do leitor, convencê-lo da veracidade do relato, veicular uma determinada ideologia, adaptar-se melhor ao que se considera as expectativas do público, consumidor do jornal.

Convém ainda notar em ESP a alusão, no texto, a outro acontecimento: o assalto à Companhia Porto Seguro. Tal referência pressupõe no leitor conhecimento prévio do fato ou a leitura de outros artigos do mesmo jornal (cf. manchete). Embora tal alusão ocorra em manchete no jornal popular FT, o texto em si não exige do leitor outro conhecimento que extrapole a notícia tomada como evento único.

Mais uma observação: os jornais FT e NP explicitam algumas das siglas utilizadas: Garra (Grupo Armado de Repressões a Roubos e Assaltos). NP ainda esclarece aos leitores a sigla Febem (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor) (cf. §2) e não utiliza a sigla DF preferindo utilizá-la por extenso. ESP pressupõe o conhecimento do significado das siglas por parte dos leitores, uma vez que não as explicita.

Essas duas observações mostram uma característica dos dois tipos de jornal, aliás, já acenada por E. Véron (1978 b): o jornal de tipo burguês recorre com frequência a outros eventos e por isso é considerado como heterogêneo, em oposição à homogeneidade do discurso popular, que aborda apenas um evento em torno do qual organiza as informações geralmente numerosas.

Para efeitos de uma melhor sistematização das divergências encontradas, diremos que se apresentam de dois tipos: por contraste ou por oposição. Pertencem ao primeiro tipo as últimas diferenças assinaladas (explicitação ou não das siglas, por exemplo), enquanto que as informações contidas no quadro acima constituem verdadeiras oposições de informação: uma versão anula a possibilidade de realização da outra. Assim, o leitor atento poderia se perguntar: qual foi o fato desencadeador do homicídio: o chute desferido pelo PM ou a sua tentativa de desarmar os assaltantes? O PM foi atingido por 6 ou por 0 tiros? Quem atirou: os dois ou apenas um? Estas são apenas algumas das questões que poderia suscitar a análise de tais divergências.

Apenas para terminar este item gostaríamos de lembrar que as diferenças constatadas entre FT e NP se revelam apenas a nível formal – lexical e frasal. A nível de conteúdo, arriscaríamos até afirmar que procedem da mesma fonte informativa tal é a identidade constatada.

2) A organização dos dados no discurso

Da leitura dos três relatos depreende-se a seguinte seqüência que deve se aproximar da cronologia da experiência:

- A: dois menores entram no ônibus em lugares diferentes
- B: revelam o assalto
- C: dão ordens ao motorista: não parar; C': ao cobrador: passar o dinheiro
- D: saque aos passageiros
- E: matam o PM
- F: a viatura do Garra se encontra atrás do ônibus
- G: o motorista faz sinal ao Garra.
- H: os assaltantes descem do ônibus
- I: apenas M.A.S. é capturado

J: M.A.S. é levado ao 13º DP

K: M.A.S. volta à Febem

Tais dados fatuais são assim organizados nos três jornais:

NP	FT	ESP
§1: grande operação policial para capturar o assaltante fugitivo. Data, hora, local. Refere-se a E.	§1: grande operação policial para capturar o fugitivo (descrição) Síntese do acontecimento: data, hora, local.	§1: notícia do assalto e assassinato. Local. Momento.
§2: F; identifica os assaltantes como fugitivos da Febem	§2: I; G. Precisoções quanto à idade de M.A.S. Suspeita: menores fugitivos da Febem ROUBO E MORTE (relato)	(§2 - §4: Testemunho do motorista). §2:A (um na Av. Vital Brasil; outro na Teodoro Sampaio). Atitudes dos menores.
§3: Relato: A;B (na Av. Pacaembu). Descrição das armas (segundo os policiais).	§3: específica o ônibus A; B; (na Av. Pacaembu) Descrição das armas (segundo os policiais)	§3: B; D; C.
§4: C - C'; D (relógio e dinheiro). Cai o saquinho com dinheiro. Chute do PM.	§4: C - C'; D (relógios, dinheiro). Local: na Rua Fanguanelo. Cai saquinho com dinheiro. Chute no PM.	§4: F; G.
§5: E (6 tiros). F (por casualidade) G. Outros tiros. H. I; J; K.	§5: E (6 projéteis) F (por casualidade) G (e os policiais solicitaram apoio de outras viaturas pelo rádio).	§5: (Testemunho de uma das passageiras) os dois perceberam e ficaram "muito nervosos". O PM levantou-se para desarmar os assaltantes. E (9 tiros) H; I.
	§6: Mais tiros H. I. (apesar do forte aparato policial); I. J.	§6: J; K. "Agressão" (apêndice)
		§7: Mãe de M.A.S. testemunha chorando.

O quadro acima exposto já dá uma idéia do processo de construção que constitui a produção discursiva, pois a ordem cronológica da invariante nem sempre é obedecida e outros elementos são acrescentados aos dados fatuais. Basta observar: NP-§3, NP e FT-§4, ESP-§5 e §7. É preciso, no entanto, verificar como e a partir de que pontos de referência cada enunciador organizou o seu texto.

Em NP e em FT, o relato segue quase que totalmente a linearidade dos fatos, com exceção do §1 em que o narrador (E), onisciente, sintetiza a notícia. Tal fato, aliás, também ocorre em ESP, só que com intenções diferentes: nos dois primeiros casos, a ênfase recai sobre o acontecimento em si (X e Y assaltaram O e mataram Z, em M,L.). Tal observação parece estar de acordo com os objetivos mais sensacionalistas dos jornais populares, no desejo de chamar a atenção e de levar o público operário (pouco afeito à leitura) a consumir o jornal.

Observe-se que em ESP não se percebe nenhuma tendência à onisciência do enunciador, que apenas relata aquilo que as testemunhas A. Camargo, motorista do ônibus (§2 – §4) e Rosemary. A. de Araújo, uma das passageiras (§5) contaram no 13º DP (pois todo o relato se passa no 13º DP). Ainda no 13º DP, a referência ao depoimento de M.A.S. à delegada Rosmary Corrêa e à conversa que esta manteve com a mãe do menor capturado, revelam as preocupações do enunciador (jornalista) em 1) reproduzir de modo real o acontecimento, dando a impressão ao leitor de grande fidelidade à verdade, pois objetivamente não se pode contar o que não se viu (imagem que se faz do profissional – jornalista); tanto isso é verdade que no §6, o narrador (E) se revela (ainda que implicitamente) como repórter, que no 13º DP testemunha alguns fatos, ao afirmar que M.A.S. não se deixou fotografar e nem entrevistar tendo chegado mesmo a chutar o gravador de um jornalista; 2) atender aos valores sociais e morais da classe média para quem a família (mãe, filha. . .) ainda ocupa lugar de destaque. Todo o texto procura valorizar a tarefa do jornalista: enquanto repórter, acha-se no 13º DP, onde ouve os testemunhos e procura transmiti-los “fielmente” ao público (daí o uso do discurso relatado em quase toda a extensão do texto).

As duas formas de apresentação textual dos fatos correspondem, sem dúvida alguma, à mentalidade, gostos e expectativas que o enunciador (E) supõe em seu enunciatário: de um lado, o povo amante de histórias heróicas (sobretudo policiais), desejosos de conhecer os fatos na sua ordem cronológica com as minúcias de uma narração que se aproxima muito da oral, sobretudo em NP. De outro, um público que aprecia as reportagens, que exige respeito aos fatos, porém não à ordem cronológica da sua realização; mais habituado à leitura, e portanto a diferentes esquemas discursivos, tal público se revela (ou ao menos assim parece supor o enunciador) apto a inferir e a relacionar os dados textuais ou os fatos extratextuais. Daí o maior cuidado que se nota em ESP quanto à organização textual da matéria. Tal preocupação parece se reduzir à medida em que o jornal se revela mais popular: em NP (8), a passagem da apresentação da notícia ao relato se faz sem nenhuma preparação (cf. início do §3) – ausência total de subtítulos, o que o aproxima ainda mais do relato oral. A presença em FT do subtítulo “Roubo e Crime” demonstra já uma certa preocupação em aproximar o texto do padrão escrito.

Seja como for, os procedimentos de organização discursiva utilizados pelos artigos em questão tentam à sua maneira apresentar a matéria de forma objetiva, fiel aos acontecimentos (cf. data, nomes, dados numéricos e descritivos, apelo às testemunhas. . .) camuflando assim o seu caráter de objeto criado,

construído por um sujeito, caráter este responsável pela heterogeneidade que estamos constatando.

Note-se ainda como prova da subjetividade inerente à atividade de construção do discurso a quebra da linearidade narrativa que ocorre em NP e em FT no final do §3, por exemplo (“... os dois se juntaram e anunciaram o assalto. Um deles... informaram os policiais” – NP; “um deles estava com um revólver... informaram os policiais” – FT), em que a informação dos policiais sobre o tipo de armas interrompe a narração do assalto. Em ESP, os dados que quebrariam a seqüência narrativa são integrados ao relato das testemunhas: a exatidão e as minúcias – local exato da entrada dos menores no ônibus (§2), tipo da arma (§3), número exato das balas localizadas no corpo do PM (§5). No entanto, a quebra da linearidade se faz sentir com menor força, por se integrar na discursividade própria de uma reconstituição de evento por testemunhas; estas podem assim anexar informações obtidas em momento posterior ao do evento relatado.

3) As operações enunciativas

Falta ainda uma dimensão muito importante para não dizer essencial: a dimensão discursiva da enunciação, pela qual o enunciador se revela presente, apesar do esforço que faz para se ausentar de seus enunciados, para torná-los objetivos e imparciais: observe-se que nenhuma vez nos três relatos ocorre a primeira pessoa (eu) ou a segunda (tu, você). É certo que isso se deve também às condições de produção do discurso: não assinando seus artigos, o jornalista representa o jornal e procura se esconder atrás do seu texto. Mas apesar de tudo, freqüentes são suas intervenções, ainda que implícitas. Levantaremos a título de ilustração apenas três aspectos particulares: a) a origem enunciativa; b) as modalidades apreciativas; c) a referenciação temporal. Aqui também não pretendemos à exaustão da análise.

a) Em NP, a narração se apresenta inteiramente na 3ª pessoa e o enunciador parece assumir totalmente o seu relato. Apenas em raros momentos, algumas vezes se fazem ouvir, quebrando a homogeneidade do discurso e a sua tendência à linearidade: Segundo a polícia... (§2);... José Alves e o motorista Ademir relataram que... (§4); “...” afirmou Ademir (§4). Ainda no §2, a presença de um verbo no futuro do pretérito parece transferir, embora não o declare, a responsabilidade da asserção a outros (aos policiais, talvez): “O fugitivo também *seria* menor...”

Em FT, ocorre a situação idêntica: o enunciador do discurso coincide com a voz do jornalista (ε) que funciona como narrador (E) dos fatos e que apenas três vezes permite a outros um testemunho: “A polícia informou que... Suspeita-se que...” (§2); “Os policiais informaram que...” (§3); “José Alves e o motorista contaram que...” (§4). Aqui também o discurso indireto rompe a linearidade da narrativa e a homogeneidade da origem discursiva.

Em ESP, a situação enunciativa parece bem outra, embora o foco narrativo se mantenha em 3ª. pessoa: o narrador (E), coincidindo com o enunciador (ε), parece desempenhar de fato as funções de repórter: deixa que as testemu-

nhas contem o que presenciaram, durante depoimento prestado à delegada na 13ª DP. Quase que totalmente em discurso indireto, faz falar sobretudo o motorista (E₁) e Rosemary (E₂). É interessante notar que o relato de E₂ dá seqüência ao relato de E₁, fato que por si só já denota a interferência seletiva e organizadora do jornalista (ε). Outras são, porém, as intromissões do enunciadador que se revela pela ambigüidade da origem enunciativa de certos trechos. Senão vejamos: no §5, Rosemary conta como ocorreu a morte do PM; na metade do parágrafo, sem que se anuncie a mudança, lê-se “Em seu corpo foram localizadas nove balas: seis da pistola. . .”. Certamente, tal fato não foi constatado no local pela testemunha. . . Mais adiante, continua o relato: “Policiais do Garra vasculharam casas, oficinas. . .” Parece não haver dúvida quanto à mudança de narrador: é o próprio jornalista quem fala, comenta, relata, sem se anunciar. Outros exemplos poderiam ser citados, mas parece que estes já são suficientes para mostrar que o discurso denuncia o enunciadador - construtor que manipula os dados fatuais - apesar das tentativas de neutralidade. A simples escolha dos procedimentos discursivos e das unidades lingüísticas revelam a subjetividade e o caráter de construção (fabricação) de todo e qualquer discurso. É certamente aí, na orientação da escolha, que se faz presente, de forma incontestável o componente ideológico.

b) Algumas modalidades apreciativas foram encontradas. Consideramos apreciações as unidades lingüísticas que revelam implícita ou explicitamente um juízo de valor ou uma certa posição assumida pelo enunciadador (autor) do discurso diante do referente ou da representação desse referente (enunciado).

Em NP: Uma *grande* operação policial (§1)
já estava *casualmente* atrás do ônibus (§5)
aproximadamente 50 policiais (§1) (OBS: Aqui não apenas o advérbio de quantidade imprecisa - “aproximadamente” - nos chamou a atenção, mas sobretudo o número dos policiais mobilizados, talvez para causar a impressão de grandiosidade no leitor.)

Em FT: Uma *grande* operação policial (§1)
apesar do *forte aparato* policial (§5)

Em ESP: “muito nervosos” (§5) (atente-se para as aspas: o Autor insiste no relato da testemunha, descomprometendo-se com a apreciação e continuando fiel à imparcialidade desejada - a nível explícito)
. . . *vasculharam*. . . mas não conseguiram (§5) (a apreciação se encontra aqui inscrita no lexema, que contém a idéia de ‘busca cuidadosa, atenta, minuciosa’).

Na *simples e pequena* sala da delegacia. . . (§7)

Convém observar que da relação de oposição estabelecida entre “vasculhar . . . não conseguir”, “forte aparato policial. . . apenas um deles pôde ser agarrado. . .”, graças às unidades ‘mas’ e ‘apesar de’, percebe-se a interferência a nível de apreciação do enunciador, que se revela na própria argumentação (cf. trabalhos de O. DUCROT).

c) Se aplicarmos aos textos em questão a teoria dos níveis de BENVENISTE, diremos que, sem dúvida alguma, tratam-se de três textos do tipo “história”: narração em terceira pessoa, maioria dos verbos no passado (Pretérito Perfeito Simples, Mais que perfeito, Imperfeito), sequência temporal bem marcada (em seguida. . . Naquele momento. . . Na sequência . . . enquanto. . .). Verifica-se, no entanto, que os três textos tomam como ponto de referência o Momento da enunciação T. (marcado pela data do jornal, que nem sempre corresponde de fato ao momento de escritura do texto), o que permite compreender que “ontem” corresponde a 31 de julho de 1985. A partir de T₀ estabelece-se a retrospectiva e então os tempos verbais se apresentam no passado. Tal dado já seria por si só suficiente para classificar o texto como ‘discurso’, fortemente ligado ao momento da enunciação. Algumas ocorrências de tempos como presente e futuro simples vêm reforçar ainda mais tal afirmação:

Em NP: Segundo a polícia, ele é fugitivo da Febem. . . (§2)
. . . que no dia 18 completará 18 anos. (§2)

Em FT: . . . completará 18 anos no dia 18 próximo (§2)
Suspeita-se de que o cúmplice dele também *seja* menor. . . (§2)

Em ESP: . . . que atinge a maioridade dentro de 18 dias. . . (§1)
. . . os dois menores são fugitivos da Febem. . . (§6)

Note-se que nos textos de tipo popular, é a Introdução (apresentação do evento) que estabelece a relação do relato com a situação de enunciação como se pode perceber pelos exemplos assinalados. O relato propriamente dito permanece fiel à simulação da sequência cronológica. Em ESP, no entanto, uma ocorrência de Presente do indicativo surge no §6, como que relembando o leitor de que o texto está diretamente relacionado com o momento presente (momento da leitura), muito próximo do evento relatado.

É, portanto, o ‘discurso’ (atitude de comentário por parte do enunciador) que se faz presente. Afinal, como já foi possível perceber até aqui, o texto não foi escrito apenas para informar; outras intenções subjazem à superfície do texto.

Atente-se ainda para os tempos verbais que aparecem na constituição dos títulos:

FT: Menores matam ancião em assalto a ônibus na Casa Verde.

ESP: Menores invadem ônibus e matam PM.

O presente do Indicativo “matam”, “invadem” revelam desde o título a atitude do enunciador que deseja manter o fato ligado ao momento da enunciação (produção e leitura) e a intenção de tornar a narrativa mais atraente, mais

interessante, criando assim uma certa cumplicidade entre enunciador e enunciatário.

Pelos poucos exemplos aqui assinalados nota-se como se faz presente de forma indelével a situação de enunciação e com ela as instâncias enunciativas que imprimem sua marca ao discurso consciente ou inconscientemente, implícita ou explicitamente.

4) Os dados iconográficos

Para dar conta da produção social do sentido e, portanto, da intencionalidade subjacente, não basta que a análise se atenha aos elementos puramente lingüísticos; a diagramação, os títulos e sub-títulos constituem uma imagem, a primeira, aliás, a se configurar no momento da leitura. É essa imagem que orienta o leitor na sua construção do sentido, uma vez que antecipa o conteúdo da matéria a ser desenvolvida.

Observem-se primeiramente os títulos:

NP: Cabo reformado da PM morto no assalto ao ônibus da Casa Verde

FT: Menores matam ancião em assalto a ônibus na Casa Verde.

ESP: Menores invadem ônibus e matam PM.

As determinações que ocorrem em NP (*no assalto ao ônibus, da Casa Verde*) conferem ao enunciado uma impressão de não-novidade: o leitor já deve saber do caso. O uso de determinantes que não remetem a nenhum outro elemento textual, é um recurso bastante usado pelo jornalista para criar uma certa cumplicidade entre enunciador e enunciatário, tomando-os participantes do mesmo evento que, afinal de contas tem repercussões no momento da enunciação (produção e leitura). Do mesmo tipo parece ser o recurso do tempo verbal (Presente do Indicativo) no título de um relato que no texto é todo feito no passado (cf. FT e ESP). Ao nível do conteúdo, os três títulos parecem caminhar de uma ênfase exclusiva ao resultado (impressão causada pela construção nominal do título — cf. NP), para uma preocupação exclusiva com os fatos-ações (cf. ESP: . . . invadem. . . matam. . .), passando por um caso intermediário em que se focaliza principalmente a ação de matar (cf. FT). Mais uma vez, percebe-se a ação seletiva do(ê), a sua intenção de orientar a leitura, conferindo maior ou menor importância a cada fato relatado.

Por outro lado, nos jornais populares, que se caracterizam pelo uso sistemático dos recursos tipográficos, percebe-se uma redundância marcante na relação imagem-texto. Em NP, a imagem do PM morto e a multidão cercando o coletivo (cf. manchete, anexo) denotam a intenção do enunciador de enfatizar a morte do PM, visto como herói (bem do gosto popular), o que vem corroborado pela legenda: “. . . morreu em defesa dos passageiros do coletivo. . .”. Em FT, é a prisão do menor, a imagem da polícia, competente e zelosa, que se acha enfatizada (cf. legenda: . . . foi preso. . .), como, aliás, o próprio texto o revela.

EM ESP, não se encontra nenhuma foto específica do caso; o jornal insiste em torná-lo parte da onde de assaltos e crimes que marcou o dia 31/7. A

maior cobertura foi dada ao assalto a Porto Seguro, que, certamente, pela importância da companhia, mereceu do jornal maior atenção. Mais uma vez, a ideologia orientando a produção textual. . .

Embora consciente de que o estudo aqui esboçado não corresponde a um modelo de análise do discurso bem elaborado e sistematizado, acredito ter sido possível mostrar que, apenas uma análise lingüística de tipo pragmático-enunciativo, aberta à detecção das operações constitutivas da produção dos enunciados, pode levar à apreensão do discurso como um todo e à percepção de que o componente ideológico está presente como elemento propulsor, tanto na elaboração do discurso, quanto na reconstrução do sentido pela leitura. E mais: tal componente se manifesta através das instâncias enunciativas ao nível do enunciado produzido. Basta lembrar que os enunciadores implicados participam e se inserem num momento histórico determinado e dele não podem escapar: influem e são influenciados pela ideologia da época, pelas condições sociais e políticas, pelas experiências individuais. Todos esses aspectos não podem deixar de ser considerados na análise lingüística que pretende se aproximar da realidade discursiva.

Tal análise pode ainda, acreditamos, revelar o discurso como instrumento de manipulação ideológica do público-leitor, por parte do enunciador (jornalista) que, afinal, seleciona e organiza os dados da experiência (referente) de modo a orientá-los para uma determinada conclusão. Importa não esquecer que as condições de produção do discurso interferem sobremaneira na sua expressão, provocando a heterogeneidade discursiva. Assim, o espaço limitado pelo jornal, sua orientação ideológica, a idéia que o jornal tem do seu leitor são alguns aspectos a serem considerados, sobretudo quando se trata de textos anônimos (o jornalista 'representando' o seu jornal).

Enfim, na análise lingüística da produção social do sentido, os índices não-lingüísticos (iconográficos, situacionais) não podem ser desprezados, uma vez que denunciam peremptoriamente a intencionalidade e a atividade de elaboração do sujeito e orientam o processo de reconstrução do sentido, ao nível da leitura. Igualmente subjetivas, as atividades de produção e de reconhecimento se inserem numa situação determinada pelo tempo e pelo espaço.

É apenas na busca dos meios capazes de explicar os fenômenos de produção e do reconhecimento e as operações que neles se realizam que a Lingüística poderá tornar-se uma ciência da linguagem e não somente uma gramática (10).

PM EXECUTADO NO ASSALTO AO ÔNIBUS NA CASA VERDE



O policial militar reformado José Pereira Filho morreu em defesa dos passageiros do coletivo. Página 8

(MANCHETE — 1ª pág.)

CABO REFORMADO DA PM MORTO NO ASSALTO AO ÔNIBUS NA CASA VERDE

Uma grande operação policial, com a utilização de dois helicópteros e cerca de 20 viaturas, foi acionada ontem entre 10h40 e 12 horas, para tentar capturar um dos dois bandos que atacaram um ônibus da Viação Nações Unidas, no bairro da Casa Verde, Zona Norte de São Paulo, e mataram o cabo aposentado da PM José Pereira Filho, de 60 anos. Aproximadamente 50 policiais civis e militares vasculharam residências, bares, oficinas e prédios de apartamentos, mas não conseguiram localizar o fugitivo.

O outro participante do assalto foi detido ao descer do ônibus, por policiais do GARRA-40 (Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos) alertados por um sinal, com as mãos, dado pelo motorista do coletivo Ademir de Camargo, de 34 anos. O rapaz detido foi identificado como M.A.S., que no dia 18 completará 18 anos. Segundo a polícia, ele é fugitivo da Febem (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor). O fugitivo também seria menor e igualmente

fugitivo da Febem. Com M.A.S. os policiais apreenderam um revólver.

Os dois tomaram o ônibus, placa HV-8034, da linha Butantã-Horto Florestal, na rua Teodoro Sampaio, em Pinheiros, Zona Oeste de São Paulo, em pontos diferentes. No momento em que o coletivo trafegava pela avenida Pacaembu, já no bairro da Barra Funda, os dois se juntaram e anunciaram o assalto. Um deles estava com um revólver calibre 32 (o que foi detido) e outro com uma pistola automática 7.65, informaram os policiais.

Ao motorista ordenaram que não deveria abrir as portas do ônibus para ninguém entrar nem sair. O cobrador José Alves Pereira, de 33 anos, foi obrigado a entregar o dinheiro da gaveta — cerca de Cr\$ 300 mil — e um deles começou a saquear os passageiros, enquanto o outro apontava sua arma para o motorista. José Alves e o motorista Ademir relataram que os rapazes já haviam retirado dinheiro e relógios de qua-

tro passageiros, quando o saquinho com o dinheiro tomado do cobrador caiu. "Um deles abaixou-se para apanhar o saquinho e levou um chute no traseiro, desferido pelo cabo aposentado", afirmou Ademir, quando o ônibus passava pela rua Bernardo Fangioli, no bairro da Casa Verde.

As duas armas foram disparadas contra o ex-policial que foi atingido por seis tiros. Nesse instante a viatura do GARRA, com o delegado Cig Gaultier Pereira e investigadores Dárcio Simões e José Staganari, já estava casualmente atrás do ônibus e atenderam ao sinal do motorista Ademir. Mais tiros foram disparados quando os dois assaltantes desceram do coletivo. Entretanto, só um foi preso ao tentar fugir por uma oficina. No 13.º Distrito Policial (Casa Verde) para onde foi levado M.A.S., a delegada Rosemary Correa informou que o encamunharia de volta à Febem, após tomar seu depoimento.

(NOTÍCIAS POPULARES 1º/8/85)

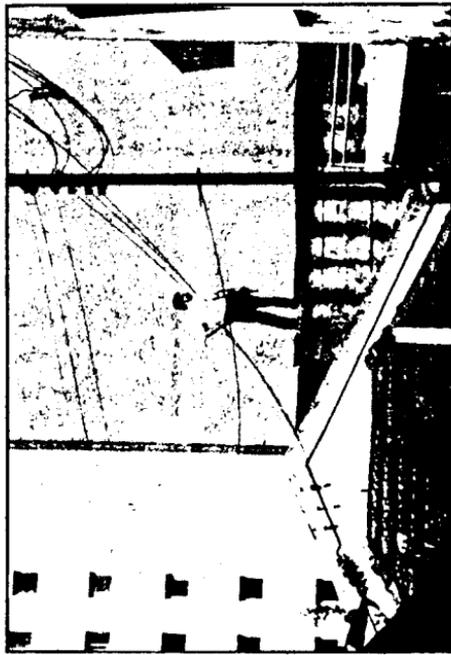
Menores matam ancião em assalto a ônibus na Casa Verde

Uma grande operação policial, que mobilizou os dois helicópteros da Secretaria da Segurança e cerca de 20 viaturas, foi montada ontem, entre 10h40 e 12h, na zona Norte de São Paulo. O objetivo era tentar capturar um dos dois bandoleiros que assaltaram um ônibus da Viação Nôdes Unidas, na Casa Verde, e mataram o cabo PM, reformado José Pereira Filho, 66. Aproximadamente cinquenta policiais civis e militares vasculharam residências, bares, oficinas e prédios de apartamentos, mas não conseguiram localizar o criminoso que procuravam.

O outro envolvido no assalto, o fugitivo da Febem M.A.S. 17, foi agarrado por policiais do Garra-40 (Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos) ao descer do ônibus. É que o motorista do coletivo, Ademir de Camargo, 34, alertou os investigadores a respeito do menor, com um sinal de mão. A polícia informou que M.A.S. completará 18 anos no dia 18 próximo e que com ele foi encontrado um revólver calibre 32. Suspeita-se de que o cumplice dele — o rapaz que escapou — também seja menor e igualmente foragido da Febem.

ROUBO E MORTE

O fato aconteceu no interior do ônibus HV-8034, da linha Butantã-Horto Florestal. Os menores subiram no coletivo em pontos diferentes da rua Teodoro Sampaio, em Pinheiros, zona Oeste, e passaram a agir com passageiros co-



Policiais cercaram o área, mas só ocharam um dos bandidos

munos. Porém, no momento em que o veículo trafegava pela avenida Pacaembu, já no bairro da Barra Funda, região Nordeste da cidade, os dois se juntaram e anunciaram o assalto. Os policiais informaram que M.A.S. empunhava um revólver 32 e seu cúmplice uma pistola semi-automática 7,68.

(A Folha da Tarde, 19/8/85)

motorista. José Alves e o motorista Ademir contaram que os rapazes já haviam retirado dinheiro e relógios de quatro passageiros quando o assaltado com o dinheiro que retirara do cobrador caiu. "Um deles abalou-se para apagar o seqüincho e levou um chute no traseiro, desferido pelo cabo aposentado," afirmou Ademir, na ocasião em que o ônibus trafegava pela rua Bernardo Paganetti, na Casa Verde.

Na seqüência, os dois assaltantes começaram a atirar em direção ao policial aposentado, atingindo-o com seis projéteis. Naquela momento, por casualidade, a viatura do Garra — ocupada pelo delegado Cid Gualter Pereira e pelos investigadores Dércio Simões e José Stagnani — estava atrás do ônibus. O motorista percebeu a aproximação da viatura pelo espelho retrovisor e imediatamente cobrou as mãos para fora da janela e pediu ajuda. Os policiais entenderam o sinal e logo cercaram o coletivo, ao mesmo tempo em que soliciavam apoio de outras viaturas, pelo rádio.

Mais tiros foram disparados quando os dois assaltantes desceram do veículo. Entretanto, apesar do forte aparato policial, apenas um deles pôde ser agarrado quando tentava se esconder numa oficina. Levado ao 13º Distrito (Casa Verde), M.A.S. foi ouvido pela delegada Rosemary Correa e em seguida encaminhado novamente à Febem.



Um menor foi preso depois de matar um cabo no ônibus

(MANCHETE 1ª página)

Menores invadem ônibus e matam PM

Dois menores assaltaram ontem um ônibus da Auto Viação Nações Unidas e ainda mataram o cabo reformado da PM José Pereira Filho, de 60 anos. Eles levaram do cobrador e dos 20 passageiros Cr\$ 224 mil, mas um deles, M.A.S. — que atinge a maioridade dentro de 18 dias —, foi preso. O assalto ocorreu pela manhã, quando o veículo fazia seu percurso em direção ao Horto Florestal, na rua Bernardino Fangahiello, na Casa Verde.

No 13º Distrito Policial, onde foi registrada a ocorrência, Ademir Camargo, o motorista do ônibus placas HY 8034, contou que "o carro estava vazio" quando, num ponto da avenida Vital Brasil, em Pinheiros, entrou um dos menores. O outro subiu no ônibus em um outro local, na rua Teodoro Sampaio. Os dois sentaram-se no último banco. De lá só saíram quando o ônibus entrou na rua Dr. César Castiglioni, a área bancária do bairro da Casa Verde.

Enquanto seu amigo, armado de uma pistola automática 7.65, passou pela roleta dizendo aos passageiros que era um assalto, M.A.S. ia apanhando dinheiro, relógios e outros pertences dos passageiros. A essa altura, o outro assaltante apontava a arma para o motorista, ordenando-lhe que não mais parasse nos pontos para pegar ou largar passageiros. Ademir obedeceu.

Mas assim que atingiu a rua Bernardino Fangahiello, o motorista viu uma viatura do Garra, comandada pelo delegado Cld Gualter, que procurava os ladrões que tinham acabado de assaltar a companhia Porto Seguro. Ademir, com uma das mãos para fora, fez sinal à viatura, que passou a seguir o ônibus.

Rosemary Aparecida de Araújo, 20 anos, uma das passageiras, disse

que os dois ladrões perceberam que o ônibus estava sendo perseguido e ficaram "muito nervosos". O cabo José Pereira Filho também notou e levantou-se para tentar desarmar os assaltantes. O policial foi baleado e morreu no local. Em seu corpo foram localizadas nove balas: seis da pistola automática e três do revólver Rossi, calibre 22, usado por M.A.S., capturado logo que desceu do ônibus. Policiais do Garra vasculharam casas, oficinas mecânicas e prédios naquela região, mas não conseguiram capturar o outro assaltante.

M.A.S. foi levado ao 13º DP para identificação. Ele não permitiu ser fotografado e nem quis dar entrevistas. Fez ameaças e chegou a chutar o gravador de um jornalista. Enquanto M.A.S. era levado a uma das salas da delegacia, a delegada Rosmary Corrêa disse que os dois menores são fugitivos da Febem, para onde o assaltante foi encaminhado depois de prestar depoimento.

"Agressão"

Para sua mãe Cícera Iraci Silva, de 37 anos, M.A.S. disse que havia sido agredido no ônibus. Carregando nos braços a neta Cristina, de dois anos, filha de M.A.S., Cícera não se conformava com a notícia dada pela delegada Rosmary: "Seu filho matou um cabo da PM e está preso".

Na simples e pequena sala da delegacia, Cícera chorava muito e dizia não saber "o que fazer agora". Ela contou que seu filho "nunca chegou em casa com nada de ninguém". As vezes aparecia com algum dinheiro, "pagamento de alguns bicos que fazia". Disse ainda que ficou sabendo que "alguma coisa de ruim tinha acontecido com ele" através de "um moleque de mais ou menos 12 anos".

(O ESTADO DE SÃO PAULO, 1º/8/85)

NOTAS

1. Santaella Braga, M.L. (1980), p.60.
2. Fuchs/le Goffic (1975), p.16.
3. Chomsky, N. (1969), p.15.
4. Vogt, C. (1980), p.139.
5. Simonin, J. (1983), p.33.
6. Anscombre/Ducrot (1983), p.163.
7. Simonin, J. (1983), p.33.
8. O próprio jornal Notícias Populares se intitula "O jornal do Trabalhador".
9. Fuchs, C. (1984), p.16.
10. Simonin, J. (1983), p.65.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Ascombre/Ducrot (1983) *L'argumentation dans la langue*, P. Mardaga Editeur.
- Benveniste (1970) *Problèmes de Linguistique Générale*, II - Gallimard.
- Chomsky, N. (1969) *Structures Syntaxiques*, Trad. Seuil, Paris.
- Culioli (1975 - 1976) *Recherche en Linguistique: Théorie des opérations énonciatives* (Transcription du Séminaire de D.E.A.) - Université de Paris VII.
- Fuchs, C. (1983) Variations discursives, in *Langages*, 70 - Larousse, Paris.
- Fuchs/Le Goffic (1975) Initiation aux problèmes des linguistiques contemporaines - Hachette.
- Kerbrat-Orecchioni (1980) *L'énonciation de la subjectivité dans de langage*, Armand Colin.
- Maingueneau, D. (1981) *Approche de l'énonciation en linguistique* - Hachette, Paris.
- Pêcheux / Haroche/ Henry (1971) La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours, in *Langages*, 24, p. 93 - 106
- Santaella Braga, M - L. (1980) *Produção de linguagem e ideologia* - Cortez Ed. SP.
- Simonin, J. (1983) Para uma tipologia dos discursos, in *Língua, Discurso e Sociedade*, trad. bras. Global Universitária.
- Simonin, J. (1984) Les plans d'énonciation dans Berlin Alexanderplatz de Dolbin ou de la polyphonie textuelle, in *Langages* 73, Larousse.
- Veron, E. (1978 a) Sémiosis de l'idéologie et du pouvoir, in *Communications* 28, Seuil, Paris.
- Veron, E. (1978b) Le Hibou, in *Communications*, 28 - Seuil, Paris.
- Vogt, C. (1980) *Linguagem, Pragmática e Ideologia*, Hicites/Funcamp.